

# Caderno de Questões

Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

# **TCE** **RJ**

ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO

ÁREA DE CONTROLE EXTERNO

# Ciências Contábeis

04-08-2012



# GABARITO - A

LINGUA PORTUGUESA

TEXTO

A POLÍCIA E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Miriam Abramovay e Paulo Gentili

Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas. A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens, as principais vítimas da violência. Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo.

Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las.

Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem. Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir. A medida contribui para aprofundar um vácuo de poder já existente nas relações educacionais, criando um clima de desconfiança entre os que convivem no ambiente escolar.

A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões. Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece. Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas, o que constitui enorme risco. As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança e desrespeito promovendo um conflito latente que costuma explodir em situações de alta tensão entre os jovens e a polícia. Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável.

A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras. A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas.

Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretores e funcionários. Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial para enfrentar a dimensão educacional da violência social. O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas.

QUESTÃO 1

“Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”. Nesse primeiro período do texto, deslocou-se o termo “em alguns países” para outras posições na frase; a nova posição que pode ALTERAR o sentido da frase original é:

- A) A presença da polícia dentro das escolas, em alguns países, tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- B) A presença da polícia dentro das escolas tem sido, em alguns países, uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- C) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes, em alguns países, para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- D) A presença da polícia, em alguns países, dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas.
- E) A presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas em alguns países.

QUESTÃO 2

Ao dizer que “a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas”, o autor do texto pretende dizer, com o segmento sublinhado, que essa tem sido uma das formas:

- A) mais atuais;
- B) mais avançadas;
- C) mais frequentes;
- D) mais eficazes;
- E) mais ineficientes.

QUESTÃO 3

Em muitas passagens do texto, o autor constrói frases com o auxílio de formas verbais no infinitivo. Se substituirmos essas formas pelo substantivo cognato correspondente, a única forma INADEQUADA da nova frase é:

- A) “...para enfrentar a violência das sociedades contemporâneas” / para o enfrentamento da violência das sociedades contemporâneas;
- B) “...parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens” / parece ser a maneira mais elementar de oferta de proteção às crianças e aos jovens;
- C) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / parecem um brinde àquilo que desejamos para nossos filhos;
- D) “Precisamos compreender a origem e as razões das violências” / Precisamos da compreensão da origem e das razões das violências;
- E) “...para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / para pensar soluções que não contribuam para o seu aprofundamento.

#### QUESTÃO 4

“Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”. As vírgulas empregadas nesse segmento do texto, justificam-se pela mesma razão das que são empregadas em:

- I. “...com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
  - II. “As pesquisas sobre juventude evidenciam um grave problema nas relações entre a polícia e os jovens, particularmente quando eles são pobres, com uma reação de desconfiança...”.
  - III. “A escola deve ser um local de proteção e protegido, e a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”.
  - IV. “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- A) I e II;  
B) II e III;  
C) III e IV;  
D) I e IV;  
E) I, II, III e IV.

#### QUESTÃO 5

O segundo parágrafo do texto começa com o conectivo “todavia”, que mostra a oposição entre dois elementos do texto. A frase construída abaixo que mostra adequadamente a oposição presente no texto é:

- A) Apesar de a presença da polícia nas escolas ser essa uma medida muito recorrente, os efeitos da medida nunca foram demonstrados.
- B) Embora a presença da polícia no interior das escolas diminua a violência nesse espaço, muros altos e grades imensas podem colaborar na mesma tarefa.
- C) Ainda que os efeitos positivos nunca tenham sido demonstrados, a construção de muros altos e de grades imensas nem sempre traz segurança e amparo.
- D) Policiais no espaço escolar dá segurança, mas essa medida não costuma ser empregada isoladamente.
- E) Mesmo que a segurança nas escolas tenha aumentado, isso não ocorre em função de medidas adotadas até agora.

#### QUESTÃO 6

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.

O segundo período desse fragmento do texto, em relação ao período anterior, funciona como:

- A) causa;  
B) consequência;  
C) explicação;  
D) comparação;  
E) modo.

#### QUESTÃO 7

Se “o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”, a única medida realmente positiva entre as que estão abaixo é:

- A) programas de convivência escolar;  
B) construção de muros e grades;  
C) patrulhamento ostensivo no espaço escolar;  
D) melhorar a relação entre policiais e jovens;  
E) terceirizar as medidas de segurança.

#### QUESTÃO 8

O segmento do texto em que a forma verbal sublinhada pode também ser empregada, na frase, em número diferente (singular ou plural) é:

- A) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos: segurança e amparo”.
- B) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo ou os mecanismos de intervenção que a própria escola pode definir”.
- D) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.
- E) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais tem mais potência...”.

#### QUESTÃO 9

No terceiro parágrafo do texto, há a menção à medida de contratarem-se pessoas externas à escola para serviços de segurança; entre as consequências dessa medida, segundo o texto, NÃO se inclui:

- A) o descrédito na competência do pessoal escolar;  
B) o reconhecimento da falta de poder de decisão da própria escola;  
C) a crença na exibição ostensiva de armas como medida de proteção;  
D) a confiança na presença do poder policial;  
E) a maior confiança no diálogo ou em mecanismos escolares de intervenção.

### QUESTÃO 10

Marque o item em que as palavras sublinhadas nas duas frases possuem o mesmo valor semântico:

- A) “...tem sido uma das respostas mais recorrentes para enfrentar a violência...” / “a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- B) “Precisamos compreender as origens e a razão das violências no interior do espaço escolar...” / “...para enfrentar a dimensão educacional da violência social”.
- C) “Precisamos compreender a origem e a razão das violências no interior do espaço escolar para pensar soluções...” / “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições de segurança são transferidas para pessoas exteriores a ela...”.
- D) “.. num espaço que se define por uma especificidade...” / “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas...”.
- E) “...cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...” / “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade...”.

### QUESTÃO 11

A frase abaixo que apresenta voz verbal diferente das demais é:

- A) “Programas de Convivência Escolar e outras alternativas têm demonstrado um enorme potencial...”.
- B) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- C) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial...”.
- D) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas...”.
- E) “Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados”.

### QUESTÃO 12

“Todavia, os efeitos positivos desse tipo de iniciativa nunca foram demonstrados. Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública, o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência. Precisamos compreender a origem e as razões da violência no interior do espaço escolar para pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las”.

Sobre a estrutura argumentativa desse parágrafo, pode-se dizer que:

- A) os argumentos apresentados na defesa da tese se localizam no terreno das opiniões pessoais;
- B) a autoridade dos argumentos apresentados está ligada à experiência profissional do autor do texto;
- C) a presença de certos argumentos mostra a necessidade de combaterem-se as causas e não os efeitos da violência;
- D) a opinião do autor é que devemos fazer pesquisas e experiências a fim de não haver o aprofundamento da violência;
- E) segundo o autor, as soluções para os problemas detectados já foram encontradas, mas falta vontade política para aplicá-las.

### QUESTÃO 13

“A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção às crianças e aos jovens”. Se substituirmos o termo sublinhado por um pronome pessoal oblíquo átono, a forma correta da frase seria:

- A) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a elas e a eles.
- B) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer-lhes proteção.
- C) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer a eles proteção.
- D) A proposta parece ser a maneira mais elementar de oferecer proteção a eles, crianças e jovens.
- E) A proposta parece ser a maneira mais elementar de lhes oferecer proteção às crianças e aos jovens.

### QUESTÃO 14

“Nesse sentido, quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes ou carecem de poder suficiente para resolver os problemas que emergem”.

Sobre os componentes sublinhados desse fragmento do texto, a única afirmativa EQUIVOCADA é:

- A) o pronome pessoal “elas” se refere às pessoas anteriormente citadas;
- B) a primeira ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do termo “percepção”;
- C) a primeira ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “adultos”;
- D) a segunda ocorrência do pronome relativo “que” tem por antecedente “problemas”;
- E) a segunda ocorrência da preposição “de” é devida à presença anterior do verbo “carecer”.

### QUESTÃO 15

O título dado ao texto – *a polícia e a violência na escola* – conduz a uma discussão cuja solução é a seguinte:

- A) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras”.
- B) “Devemos contribuir para que as escolas solucionem seus problemas cotidianos com a principal riqueza que elas têm: sua comunidade de alunos, docentes, diretivos e funcionários”.
- C) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade”.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- E) “Estabelecer os limites da intervenção do agente policial é sempre complexo num espaço que se define por uma especificidade que a polícia desconhece”.

### QUESTÃO 16

Num comentário sobre o texto lido nesta prova, um leitor do jornal onde *a polícia e a violência na escola* foi publicado escreveu: “Apoio a medida de levar policiais à escola, pois assim os marginais não terão coragem de invadi-la”.

Tal comentário:

- A) apoia a opinião do autor do texto diante do problema discutido;
- B) sugere uma nova medida para solucionar o problema da violência na escola;
- C) contraria a opinião das autoridades policiais;
- D) opõe-se frontalmente à opinião dos autores do texto;
- E) critica as medidas até agora tomadas para combater a violência nas escolas.

### QUESTÃO 17

“...a presença da polícia pode ser uma fonte de novos problemas”. O fragmento do texto que NÃO serve de apoio para essa ideia é:

- A) “...quando as próprias tarefas de segurança dentro das instituições educacionais são transferidas para pessoas exteriores a elas, cria-se a percepção de que os adultos que ali trabalham são incapazes...”.
- B) “Instala-se a ideia de que a visibilidade de uma arma ou a presença policial tem mais potência que o diálogo...”.
- C) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões”.
- D) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais que estarão agora dentro das escolas...”.
- E) “Muros altos, grades imensas, seguranças armados ou policiais patrulhando o interior das escolas parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos”.

### QUESTÃO 18

Assinale a alternativa em que o valor do tempo verbal sublinhado foi corretamente indicado.

- A) “Em alguns países, a presença da polícia dentro das escolas tem sido uma das respostas mais recorrentes...” / ação encerrada em tempo recente.
- B) “...parecem brindar aquilo que desejamos para nossos filhos” / ação habitual no passado.
- C) “Conforme evidenciam pesquisas e experiências no campo da segurança pública...” / ação que se iniciou no passado e continua no presente.
- D) “A presença da polícia no contexto escolar será marcada por ambiguidades e tensões” / ação futura que se realizará na dependência de outra ação futura.
- E) “Nenhuma formação educacional foi oferecida aos policiais...” / ação completamente realizada no passado.

### QUESTÃO 19

Em todas as alternativas abaixo, foram reescritas frases com a finalidade de eliminar a presença do vocábulo “não”, mas mantendo-se o sentido original do texto. A alternativa em que a reescritura ALTERA o sentido original é:

- A) “...o ataque aos efeitos da violência costuma não diminuir sua existência” / o ataque aos efeitos da violência costuma aumentar sua existência.
- B) “...pensar soluções que não contribuam para aprofundá-las” / pensar soluções que sejam indiferentes a seu aprofundamento.
- C) “Reproduzir essa lógica no interior da escola não é recomendável” / Reproduzir essa lógica no interior da escola é desaconselhável.
- D) “A política repressiva não é o caminho para tornar as escolas mais seguras” / para tornar as escolas mais seguras devemos deixar de lado a política repressiva.
- E) “O potencial da escola está na ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade. Não das armas”. / A ostentação das armas é o contrário da escola, onde está a ostentação do saber, do conhecimento, do diálogo e da criatividade.

### QUESTÃO 20

A alternativa cuja indicação gráfica está corretamente expressa é:

- A) RIQUEZA – o sufixo -EZA forma substantivos abstratos a partir de adjetivos;
- B) CONHECIMENTO – o sufixo -MENTO forma substantivos a partir de adjetivos;
- C) POLICIAL – o sufixo – AL forma adjetivos a partir de verbos;
- D) PROTEÇÃO – o sufixo – ÇÃO forma adjetivos a partir de verbos;
- E) DESCONFIANÇA – o sufixo – ANÇA forma substantivos a partir de adjetivos.

## NOÇÕES DE DIREITO

### QUESTÃO 21

No que concerne ao tema concurso público, sob o ângulo do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) cargos nos quais exista relação de confiança entre nomeante e nomeado devem ser preenchidos regularmente pela via de concurso público;
- B) as Autarquias, por não figurarem na estrutura da Administração Pública direta, estão dispensadas da regra da obrigatoriedade do concurso público para provimento de vagas de servidores;
- C) a contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e de cargos permanentes no Estado deve ser por concurso público, excetuando os casos de contingência fática emergencial;
- D) ante a supremacia do interesse público, são justificáveis a criação e o provimento de cargos públicos com o objetivo de atender demandas sazonais de pesquisa;
- E) a arregimentação de estagiários é alternativa menos onerosa para se cumprir eventual carência de mão de obra no quadro funcional da Administração Pública.

### QUESTÃO 22

O ordenamento jurídico brasileiro assegura a incidência de diversos princípios quando do manejo do ato administrativo. No que toca à aplicação do contraditório e da ampla defesa, é correto afirmar que:

- A) a partir da Constituição Federal de 1988, foi erigido à condição de garantia constitucional do cidadão que se encontre na posição de litigante em processo judicial, excluída a posição de mero interessado, o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- B) qualquer ato da Administração Pública capaz de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deve ser precedido de procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa;
- C) à luz do poder de autotutela da Administração Pública, a anulação de ato administrativo cuja formalização tenha repercutido no campo de interesses individuais demanda instauração de procedimento administrativo formal, com obediência aos princípios do contraditório e da ampla defesa;
- D) nos processos perante o Tribunal de Contas da União, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da apreciação de legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;
- E) viola o princípio da separação dos poderes o controle pelo Poder Judiciário da observância do contraditório e da ampla defesa nos atos administrativos, sem a prévia realização da autotutela pela Administração Pública.

### QUESTÃO 23

Sobre o exercício e a fruição do cargo público, é correto afirmar que:

- A) a autoridade julgadora do inquérito administrativo não pode alterar a penalidade imposta ao servidor pela comissão processante;
- B) a portaria é meio juridicamente próprio para promover a alteração de atribuições de cargo público;
- C) os institutos da estabilidade e do estágio probatório são desvinculados, não sendo viável a aplicação do prazo comum de três anos;
- D) não existe direito subjetivo a exercer função no local de domicílio da família, quando prevista, no regulamento do concurso público, a possibilidade de lotação inicial em região diversa;
- E) as vantagens pessoais recebidas antes da entrada em vigor da EC 41/03 se computam para fins de cálculo do teto constitucional.

### QUESTÃO 24

No que toca ao tema aplicação da responsabilidade civil do Estado no ordenamento brasileiro, é correto afirmar que:

- A) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência da culpa do agente ou do serviço para obter sua reparação;
- B) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de dano;
- C) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência denexo causal entre o fato administrativo e o dano;
- D) há possibilidade de verificação de responsabilidade civil do Estado sem a ocorrência de conduta de qualquer das partes;
- E) o lesado pela conduta estatal deve provar a existência de dano hipotético para obter sua reparação.

### QUESTÃO 25

Prefeito Municipal de determinada localidade celebra contrato com sociedade empresária, sem prévia licitação, para prestação de serviços de consultoria financeira e orçamentária, com fundamento no art. 25, II, c/c art. 13, III, ambos da Lei nº 8.666/93, alegando inquestionável vantagem para o Município, diante do preço promocional, muito inferior ao de mercado, e a larga e reconhecida experiência do contratado. Sob o ângulo da responsabilidade do gestor público, é correto afirmar que:

- A) a não realização de licitação importa, necessariamente, em configuração de improbidade administrativa, sem prejuízo de outras sanções;
- B) para a configuração da improbidade administrativa, basta a verificação do elemento subjetivo que informa a conduta do agente;
- C) o ato de improbidade não exige, para sua configuração, o efetivo prejuízo ao erário;
- D) ausente dano ao erário e o elemento subjetivo na conduta do agente, não é possível a configuração de improbidade administrativa;
- E) a possibilidade de dano hipotético ou presumido é suficiente para a configuração de ato de improbidade administrativa.

**QUESTÃO 26**

Determinada servidora anteriormente lotada na Secretaria de Obras e Serviços consegue, no curso de processo administrativo disciplinar (PAD), sua remoção para a Secretaria de Saúde. Em relação à competência disciplinar, é correto afirmar que:

- A) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério temporal, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- B) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério funcional, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- C) sua redistribuição desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, devendo observar eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- D) sua redistribuição não desloca a competência, a qual se estabelece com base no critério hierárquico, independentemente de eventuais modificações de lotação dentro da estrutura da Administração Pública;
- E) a promoção da sindicância e do processo administrativo disciplinar cabe ao órgão ou entidade pública ao qual o servidor encontra-se vinculado no momento do julgamento, em razão do princípio da atualidade da função.

**QUESTÃO 27**

Quanto à exoneração de servidores públicos concursados e nomeados para cargo efetivo, ainda em estágio probatório, é correto afirmar que:

- A) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, não sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- B) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD);
- C) não necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo se faz necessária a abertura de sindicância, pois a exoneração não tem caráter punitivo;
- D) necessita do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, contudo não se faz necessária a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), admitindo ser suficiente a abertura de sindicância que assegure os princípios referidos;
- E) a ausência de estabilidade, própria da fase de estágio probatório, dispensa a abertura de qualquer procedimento que observe o devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

**QUESTÃO 28**

Em 23 de outubro de 2005, o eleitorado brasileiro foi convocado a se manifestar sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional. A resposta da soberania popular é feita por meio de:

- A) referendo;
- B) plebiscito;
- C) *recall*;
- D) veto popular;
- E) revocação popular.

**QUESTÃO 29**

Em 2011, o francês Jean-Luc Picard, após o regular ingresso no país e competente processo de naturalização, adquiriu a nacionalidade brasileira. Ocorre que, uma semana após sua naturalização, autoridades estrangeiras noticiaram seu envolvimento com diversos e graves crimes contra a Administração Pública no seu país de origem, que também são recriminados no Brasil. Para que ele possa ser processado e julgado na França, o processo/procedimento a ser adotado contra Jean-Luc Picard será:

- A) expulsão;
- B) deportação;
- C) banimento;
- D) extradição;
- E) nenhum, pois a pessoa naturalizada não pode ser entregue a outro Estado.

**QUESTÃO 30**

A natureza da norma constitucional do artigo 5º, inciso XIII, da CRFB (“*é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer*”), é de eficácia:

- A) plena e aplicabilidade imediata;
- B) plena e aplicabilidade mediata;
- C) contida e aplicabilidade imediata;
- D) limitada ou reduzida, definidora de princípio institutivo;
- E) limitada ou reduzida, definidora de princípio programático.

**CONTROLE EXTERNO**

**QUESTÃO 31**

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro concluiu pela ilegalidade de ato administrativo praticado pela Secretaria Estadual de Saúde e assinou prazo para que o referido órgão adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. A Secretaria Estadual de Saúde, contudo, não atendeu à determinação do Tribunal de Contas. Nesse caso, competirá ao Tribunal de Contas:

- A) representar à Assembleia Legislativa sobre a ilegalidade apurada, competindo ao Poder Legislativo Estadual a sustação do ato;
- B) anular o ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa;
- C) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão ao Poder Executivo Estadual;
- D) suspender os efeitos financeiros do ato impugnado, comunicando a decisão à Procuradoria-Geral do Estado;
- E) sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa.

**QUESTÃO 32**

Sobre o controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), ao apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal decorrentes de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado (ALERJ), é correto afirmar que se trata de:

- A) controle externo, jurisdicional-administrativo e concomitante;
- B) controle externo, legislativo e prévio;
- C) controle interno, parlamentar e posterior;
- D) controle externo, para fins de registro e posterior;
- E) controle interno, administrativo e posterior.

**QUESTÃO 33**

Facilmente podemos constatar, nos dias atuais, que não existe país democrático sem um órgão de controle com a missão de fiscalizar a boa gestão do dinheiro público (CITADINI, Antônio Roque. “*O controle externo da Administração Pública*”. São Paulo: Max Limonad, 1995). Sobre o sistema de controle externo da Administração Pública adotado pela Constituição vigente, é correto afirmar:

- A) a Controladoria-Geral da União-CGU é órgão de controle externo e caracteriza, em âmbito federal, a adoção do sistema (modelo) de controle anglo-saxão de Auditoria-Geral (ou Controladoria);
- B) em âmbito federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, órgão unipessoal (singular) e subordinado ao Poder Legislativo;
- C) os Tribunais de Contas são órgãos colegiados, dotados de autonomia administrativa e financeira, integrados por ministros ou conselheiros vitalícios e incumbidos de auxiliar o controle externo a cargo do Poder Legislativo;
- D) no Distrito Federal e nos Estados, a existência de Tribunais de Contas será facultativa;
- E) a Constituição da República, ao proibir a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas pelos Municípios (art. 31, §4º), também vedou que os Estados criem, como órgãos integrantes da estrutura estadual, Tribunais de Contas ou Conselhos com jurisdição sobre a totalidade das contas dos municípios existentes em seus limites territoriais.

**QUESTÃO 34**

Sobre a disciplina do Controle Interno na Constituição da República Federativa do Brasil, é correto afirmar:

- A) em âmbito federal, a instituição de um sistema de controle interno é incumbência exclusiva do Poder Executivo;
- B) a aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno vinculará o Tribunal de Contas;
- C) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária;
- D) será facultativa a instalação de sistema de controle interno em âmbito Estadual e Municipal;
- E) em âmbito federal, os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.



### QUESTÃO 35

A apreciação das contas do Executivo é procedimento jurídico-constitucional composto, que exige a integração de procedimentos ocorrentes tanto no interior do Tribunal de Contas (técnico-opinativo) quanto no legislativo competente para julgá-las (avaliação política). Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- A) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados;
- B) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas da União sobre as contas que o Presidente da República deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros do Congresso Nacional;
- C) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Governador do Estado deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa;
- D) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa do Estado;
- E) o parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou pelo Tribunal de Contas do Município, onde houver, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

### LEGISLAÇÃO BÁSICA (aplicável ao TCE – RJ)

#### QUESTÃO 36

O responsável por bens em almoxarifado na Secretaria Estadual de Saúde remeteu ao Tribunal de Contas, tempestivamente, prestação de contas por término do exercício financeiro. O exame final da prestação de contas pelo TCE-RJ revelou falta de natureza formal e que não conduz à produção de dano ao erário, não sendo caso de reincidência por parte do responsável. Nesse caso, as contas serão julgadas:

- A) regulares, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável;
- B) irregulares, e o Tribunal de Contas, no entanto, não imporá multa ao responsável;
- C) irregulares, e o Tribunal de Contas determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- D) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação plena ao responsável e determinará ao responsável, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas;
- E) regulares com ressalva, e o Tribunal de Contas dará quitação ao responsável e lhe determinará, ou a quem lhe haja sucedido, a adoção de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.

#### QUESTÃO 37

Nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar sobre o julgamento das contas pelo TCE-RJ:

- A) após o trancamento das contas consideradas iliquidáveis e arquivado o processo correspondente, o Tribunal poderá, a qualquer tempo, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva prestação ou tomada de contas;
- B) diz-se provisória a decisão pela qual o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento e determinar diligências necessárias ao saneamento do processo;
- C) o Tribunal poderá julgar irregulares as contas no caso de reincidência do descumprimento de determinação de que o responsável tenha tido ciência, feita em processo de prestação ou tomada de contas anterior;
- D) não havendo débito, mas comprovada a ocorrência de grave infração a norma legal ou regulamentar de natureza financeira, o Tribunal julgará as contas irregulares, vedada a imposição de multa ao responsável;
- E) o julgamento de irregularidade das contas dependerá da efetiva comprovação de injustificado dano ao erário.

**QUESTÃO 38**

Sobre os recursos e a competência recursal no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 63/90 (e suas alterações), é correto afirmar:

- A) caberá agravo das decisões interlocutórias proferidas pelo Conselheiro-Relator em processos de prestação ou tomada de contas, sem efeito suspensivo e no prazo de 5 (cinco) dias;
- B) o Tribunal de Contas da União é competente para julgar recurso de revisão da decisão do Tribunal de Contas do Estado que contrariar ou negar vigência a lei federal;
- C) o efeito suspensivo, em razão de recurso de decisão do Tribunal, que concluir pela nulidade de edital de licitação, possibilitará o prosseguimento do processo licitatório;
- D) os embargos de declaração, opostos, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, suspendem os prazos para cumprimento da decisão embargada e para interposição do pedido de reconsideração;
- E) o recurso de reconsideração terá efeito suspensivo e poderá ser formulado, uma só vez, por escrito, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

**QUESTÃO 39**

Nos termos da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, compete ao Tribunal de Contas do Estado:

- A) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento;
- B) julgar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e proceder à tomada de contas, quando não apresentadas dentro de sessenta dias, após a abertura da Sessão Legislativa;
- C) fixar para cada exercício a remuneração do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado;
- D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos três poderes, da administração direta e indireta, incluídas as empresas públicas, autarquias, sociedades de economia mista e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público Estadual;
- E) autorizar previamente alienação, a título oneroso, de bens do Estado.

**QUESTÃO 40**

Sobre a Lei Estadual nº 4.787/2006 (e suas alterações), que dispõe sobre o Quadro de Pessoal e o Plano de Carreiras do TCE-RJ, é correto afirmar que:

- A) compete ao Analista – Área Organizacional executar inspeções e auditorias a cargo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro;
- B) compete ao Analista - Área de Controle Externo substituir os Conselheiros em suas faltas e impedimentos, bem como nos casos de vaga, nas hipóteses e na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal de Contas;
- C) compete ao Analista – Área Organizacional emitir parecer das contas, atos e demais procedimentos sujeitos à apreciação, registro ou julgamento pelo Tribunal de Contas;
- D) compete ao Analista – Área de Controle externo julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, proferindo decisão provisória que poderá ser objeto de recurso endereçado ao Plenário do Tribunal de Contas;
- E) é vedado aos ocupantes dos cargos de Analista – Área de Controle Externo exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 41

Determinado município recebeu, após análise criteriosa de seus órgãos técnicos, doação de um imóvel. O terreno é amplo e permite a construção de um hospital de médio porte. A dotação orçamentária para execução da obra em questão é classificada como:

- A) inversão financeira;
- B) despesa de custeio;
- C) transferência corrente;
- D) transferência de capital;
- E) investimento.

### QUESTÃO 42

Segundo a Constituição da República, é correto afirmar que:

- A) os créditos adicionais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que foram autorizados e no ano civil imediatamente seguinte;
- B) a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública;
- C) os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhe-ão entregues até o último dia útil de cada mês, em duodécimos;
- D) a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei ordinária;
- E) como regra é permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos.

### QUESTÃO 43

Sobre a lei orçamentária anual, é correto afirmar que:

- A) não poderá autorizar ao Poder Executivo abrir créditos suplementares;
- B) todas as receitas e despesas constarão pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções;
- C) deverá consignar dotações globais destinadas a atender a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras;
- D) compreenderá todas as receitas, exceto as receitas decorrentes de operações de crédito;
- E) não está adstrita ao princípio da evidenciação, ou seja, o de revelar com clareza o que o governo pretende atingir para cumprir suas obrigações perante a sociedade.

### QUESTÃO 44

Os créditos adicionais classificam-se em:

- A) suplementares, especiais e extraordinários;
- B) urgentes, suplementares e especiais;
- C) suplementares, ordinários e extraordinários;
- D) suplementares, extraordinários e urgentes;
- E) complementares, suplementares e extraordinários.

### QUESTÃO 45

Identificada a necessidade pública, a Secretaria Municipal de Educação resolve instaurar procedimento administrativo visando à assinatura de determinado periódico, por 12 meses. Depois de realizada a cotação de preços da assinatura, verificou-se que a hipótese seria de dispensa de licitação pelo valor, sendo autorizada a despesa e emitida a nota de empenho competente. Recebida a nota de empenho, o fornecedor encaminhou para pagamento fatura com o valor total da assinatura, antes mesmo de realizar a entrega do primeiro periódico, uma vez que a proposta comercial que vinculou as partes mencionava o pagamento antecipado. Sobre a liquidação da referida despesa, é correto afirmar que:

- A) não deverá ser liquidada, uma vez que o material ainda não foi entregue;
- B) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais e que haja entrega do primeiro exemplar do periódico;
- C) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais; no entanto, o pagamento será suspenso até a efetiva entrega do primeiro exemplar do periódico;
- D) deverá ser liquidada mês a mês, ainda que não haja concordância do fornecedor;
- E) deverá ser liquidada no valor total, desde que preenchidas as formalidades legais, uma vez que foi contratada a assinatura do periódico.

### QUESTÃO 46

No Estado do Rio de Janeiro a repartição dos limites globais com despesa de pessoal, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO poderá exceder:

- A) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo, 2% (dois por cento) para o Ministério Público;
- B) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público;
- C) 6,4% (seis inteiros e quatro décimos por cento) para o Legislativo, 53,6% (cinquenta e três inteiros e seis décimos por cento) para o Executivo;
- D) 6% (seis por cento) para o Legislativo, 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo;
- E) 3,4% (três inteiros e quatro décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado, 6% (seis por cento) para o Judiciário, 48,6% (quarenta e oito inteiros e seis décimos por cento) para o Executivo, 2% (dois por cento) para o Ministério Público.

**QUESTÃO 47**

Invocando regra de boa gestão financeira e de equilíbrio orçamentário, o Executivo Estadual, diante do risco de descumprimento das metas em razão da não realização das receitas previstas, promove o contingenciamento de despesas. Sobre contingenciamento, é correto afirmar que:

- A) se verificado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias;
- B) poderão ser objeto de limitação as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais;
- C) as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias poderão ser objeto de limitação;
- D) no caso de os Poderes e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo legal, o Poder Executivo é autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias;
- E) no caso de restabelecimento da receita prevista, a recomposição das dotações dar-se-á no próximo exercício financeiro.

**QUESTÃO 48**

O Chefe do Poder Executivo Municipal deixou transcorrer o prazo para publicação do Relatório de Gestão Fiscal. Segundo a Lei de Responsabilidade, a consequência será que:

- A) as despesas com pessoal serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público;
- B) as despesas correntes e de capital serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público;
- C) a instauração de tomada de contas em face do Prefeito em razão da irregularidade praticada;
- D) até que o Relatório de Gestão Fiscal seja publicado o Município estará impedido de receber transferências voluntárias;
- E) o Prefeito estará sujeito a aplicação de multa pelo Tribunal de Contas.

**QUESTÃO 49**

Em determinado município, o fornecedor de energia elétrica não apresentou as contas dos meses de outubro, novembro e dezembro. As faturas foram emitidas e apresentadas em março do ano seguinte. Os órgãos responsáveis pela execução orçamentária e pela contabilidade, como não receberam as faturas no período apropriado, cancelaram o saldo de empenho remanescente. O ordenador de despesa deverá:

- A) abster-se do pagamento, uma vez que, inexistindo empenho, é vedada a realização da despesa;
- B) reconhecer a dívida e pagar na conta de despesas de exercícios anteriores;
- C) encaminhar a despesa para liquidação em restos a pagar e, posteriormente, efetuar o pagamento;
- D) efetuar o pagamento e solicitar o reembolso;
- E) encaminhar para liquidação e pagamento com a dotação do orçamento em vigor, uma vez que se trata de empenho estimativo.

**QUESTÃO 50**

Consoante texto constitucional é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvados os recursos para o ensino e saúde. Tal dispositivo EXCEPCIONA o princípio orçamentário da:

- A) universalidade;
- B) anualidade;
- C) exclusividade;
- D) unidade;
- E) não afetação.

**QUESTÃO 51**

Sobre orçamento público, é INCORRETO afirmar que:

- A) o plano plurianual é lei de iniciativa do Poder Executivo;
- B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e as prioridades da Administração Pública e orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- C) a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de pessoal, despesas de custeio, despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada;
- D) o Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;
- E) cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

**QUESTÃO 52**

Autorizada regularmente a contratação direta de determinada sociedade empresária para prestação de serviço de conserto de 3 (três) fragmentadoras de papel. Foi emitida nota de empenho do tipo ordinário, no valor de R\$ 212,00 para suportar a referida despesa.

Ocorre que, antes mesmo de a sociedade empresária prestar o serviço, surgiu a demanda de conserto de outra fragmentadora. Nesse caso:

- A) a Nota de Empenho será cancelada e será emitida uma nova Nota de Empenho do tipo ordinário, no valor equivalente ao conserto de 4 (quatro) fragmentadoras;
- B) a Nota de Empenho do tipo ordinário será complementada;
- C) a Nota de Empenho do tipo ordinário será cancelada, emitindo-se a Nota de Empenho do tipo global;
- D) deverá ser emitida nova autorização de contratação direta para o conserto da fragmentadora não contemplada na primeira autorização;
- E) a Nota de Empenho não será cancelada, emitindo-se a nota de empenho do tipo estimado.

**QUESTÃO 53**

Determinado servidor público no mês de maio de 2012, recebeu em seu contracheque as rubricas abaixo. NÃO serão considerados(as) despesa de pessoal, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

- A) vencimentos;
- B) subsídios;
- C) vantagens;
- D) horas extras;
- E) diárias.

**QUESTÃO 54**

Chefe do Executivo Estadual autoriza ato que resulta aumento de despesa com pessoal nos cento e oitenta dias anteriores ao final do seu mandato. O ato praticado é:

- A) nulo e penalmente relevante;
- B) anulável e lesivo;
- C) anulável e irregular;
- D) nulo e penalmente irrelevante;
- E) válido e penalmente irrelevante.

**QUESTÃO 55**

Sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é correto afirmar:

- A) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital, definindo o planejamento das atividades governamentais;
- B) não poderá dispor sobre limitação de empenho;
- C) compreende o orçamento fiscal, de investimento e de seguridade social;
- D) disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- E) estima a receita e fixa a despesa.

**QUESTÃO 56**

Segundo a Constituição da República, é permitido:

- A) início de programas ou de projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual;
- B) transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
- C) concessão ou utilização de créditos ilimitados;
- D) abertura de crédito suplementar ou especial com a prévia autorização legislativa e com a indicação dos recursos correspondentes;
- E) instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

**QUESTÃO 57**

Sobre ciclo orçamentário, notadamente a respeito da elaboração de leis orçamentárias, é INCORRETO afirmar que:

- A) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- B) as emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual;
- C) os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa;
- D) o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a qualquer tempo, desde que a votação no Parlamento não tenha sido encerrada;
- E) caberá à Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.

**QUESTÃO 58**

Considerando que o Procurador-Geral de Justiça não encaminhou a proposta orçamentária do Ministério Público Estadual dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias para fins de consolidação da proposta anual, o Poder Executivo considera os valores:

- A) da proposta orçamentária do exercício anterior, ajustada de acordo com os limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- B) da proposta orçamentária recebida intempestivamente, desde que esta não tenha sido encaminhada ao Poder Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo Estadual;
- C) da proposta orçamentária, que será encaminhada, independentemente de consolidação, ao Poder Legislativo Estadual;
- D) aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- E) aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os índices oficiais.

**QUESTÃO 59**

De acordo com a Lei n.º4320/64, NÃO constitui(em) despesa corrente:

- A) subvenções econômicas;
- B) subvenções sociais;
- C) pessoal;
- D) juros de outras dívidas;
- E) amortização de dívida interna.

**QUESTÃO 60**

Com fundamento na Lei Estadual n.º 287/79, no caso de necessidade de realização de despesa miúda, em regime de adiantamento, quando não há como se obter o competente recibo, o titular do adiantamento:

- A) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, relacionará a despesa com o visto da autoridade requisitante;
- B) realizará a despesa, desde que previamente autorizado pelo ordenador de despesa;
- C) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, a relacionará com o visto do ordenador de despesa;
- D) realizará a despesa e, por ocasião da prestação de contas, a relacionará com os vistos da autoridade requisitante e do ordenador;
- E) não realizará a despesa.

**QUESTÃO 61**

De acordo com as práticas contábeis em vigor, após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros podem ser mensurados em quatro categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) investimentos mantidos até o vencimento; c) empréstimos e recebíveis; e d) disponíveis para venda. Com isso, de acordo com a categoria, as variações no valor justo ocorridas com esses ativos serão diferentes. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que a ocorrência de uma variação positiva no valor justo de um ativo financeiro classificado como disponível para venda implicará:

- A) a redução do resultado do exercício, afetando a situação líquida da entidade;
- B) o reconhecimento de um resultado abrangente, sem efeito na situação líquida da entidade;
- C) o reconhecimento de um resultado abrangente, com efeito na situação líquida da entidade;
- D) a redução do resultado do exercício, sem efeito na situação líquida da entidade;
- E) o aumento do resultado do exercício, representando um ganho realizado.

**QUESTÃO 62**

De acordo com as práticas contábeis em vigor, as demonstrações contábeis são mais comumente elaboradas segundo modelo baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal. Sabendo-se disso, pode-se afirmar que:

- A) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor econômico da entidade que reporta a informação;
- B) os relatórios contábil-financeiros de propósito geral são baseados em descrições ou estimativas para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- C) o objetivo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- D) os relatórios contábil-financeiros são baseados em descrições ou retratos exatos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação;
- E) os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos para se chegar ao valor de mercado da entidade que reporta a informação.

**QUESTÃO 63**

As informações apresentadas no quadro abaixo referem-se à Cia. Água Limpa da Cachoeira SA:

|  |            |
|--|------------|
| Caixa  | \$ 5.000   |
| Duplicatas a Receber                                     | \$ 20.000  |
| Ações em tesouraria                                      | \$ 10.000  |
| Duplicatas Descontadas                                   | \$ 2.500   |
| Despesas Antecipadas                                     | \$ 1.000   |
| Participação societária - Coligada na Europa             | \$39.000   |
| Mais valia de ativos líquidos – Coligada na Europa       | \$ 1.000   |
| Goodwill – Coligada na Europa                            | \$ 5.000   |
| Juros Passivos a Apropriar                               | \$ 2.000   |
| Empréstimos  | \$ 10.000  |
| Dividendo Adicional Proposto                             | \$ 4.000   |
| Dividendo Mínimo Obrigatório                             | \$ 5.000   |
| Reserva de lucros  | \$ 20.000  |
| Capital Autorizado                                       | \$ 194.000 |
| Capital Social - Subscrito                               | \$ 150.000 |
| Capital Social – a integralizar                          | \$ 100.000 |
| Redução na participação relativa – Coligada na Europa    | \$ 6.000   |
| Ágio na Emissão de Ações                                 | \$ 2.000   |
| Imobilizado  | \$ 17.500  |
| Depreciação Acumulada                                    | \$ 2.000   |
| Perdas estimadas por valor não recuperável – imobilizado | \$ 10.000  |

Adicionalmente, sabe-se que a empresa desenvolveu internamente um intangível, representado pela famosa marca “CACHOEIRA”. Essa marca foi recentemente avaliada pela empresa de Auditoria e Avaliações Patrimoniais Perilense por \$ 10.000. Consta ainda que a empresa possui um plantel de suínos reprodutores da raça *Porcus spinus*, avaliados por seu valor justo em \$ 5.000 e mantidos em uma granja.

Considerando exclusivamente as informações acima e levando em conta a equação fundamental patrimonial, a alternativa que expressa o montante correto do Ativo Não Circulante, Passivo e do Patrimônio Líquido é:

- A) Ativo Não Circulante = 49.500; Passivo = 15.500 e Patrimônio Líquido = 60.000;
- B) Ativo Não Circulante = 50.500; Passivo = 17.000 e Patrimônio Líquido = 56.000;
- C) Ativo Não Circulante = 54.500; Passivo = 17.000 e Patrimônio Líquido = 60.000;
- D) Ativo Não Circulante = 51.500; Passivo = 15.000 e Patrimônio Líquido = 60.000;
- E) Ativo Não Circulante = 76.500; Passivo = 20.500 e Patrimônio Líquido = 82.000.

**QUESTÃO 64**

O Balanço Patrimonial da Cia Copa do Mundo SA foi publicado em 31.12.2011, apresentando o saldo das contas de forma analítica, com as seguintes informações:

| Ativo                       | 31.12.2011    | Passivo                   | 31.12.2011    |
|-----------------------------|---------------|---------------------------|---------------|
| <b>Ativo Circulante</b>     | <b>33.000</b> | <b>Passivo Circulante</b> | <b>20.000</b> |
| Caixa e equivalentes        | 10.000        | Fornecedores              | 6.000         |
| Clientes                    | 14.000        | Salários a pagar          | 4.000         |
| Estoques                    | 9.000         | Impostos a Recolher       | 10.000        |
|                             |               |                           |               |
| <b>Ativo Não Circulante</b> | <b>41.000</b> | <b>Patrimônio Líquido</b> | <b>54.000</b> |
| Ativos Biológicos           | 16.000        | Capital Social            | 40.000        |
| Intangível                  | 25.000        | Reservas de Capital       | 10.000        |
|                             |               | Reservas de Lucro         | 4.000         |
|                             |               |                           |               |
| <b>Ativo Total</b>          | <b>74.000</b> | <b>Passivo + PL</b>       | <b>74.000</b> |

Durante o ano de 2012 a administração da Cia. Copa do Mundo S.A. procedeu a uma alteração no estatuto social, elevando o Capital Autorizado em 100.000 (FATO 1). Neste período, a empresa emitiu, e posteriormente alienou debêntures perpétuas, pelas quais recebeu 20.000 (FATO 2). A empresa pactuou a possibilidade de recompra de tais títulos. Antes de encerrado o exercício de 2012, houve subscrição de capital no montante de 50.000 (FATO 3).

Analise unicamente os efeitos desses 3 fatos no Disponível e Patrimônio Líquido da entidade. Considere que a empresa não incorreu em custos de transação para alienar debêntures. Partindo dessas premissas, a variação no montante do disponível e patrimônio líquido para os fatos 1, 2 e 3 foi respectivamente:

- A) (FATO 1) variação positiva do Disponível e do Patrimônio Líquido; (FATO 2) variação positiva do Disponível e do Patrimônio Líquido; (FATO 3) variação positiva do Disponível e do Patrimônio Líquido;
- B) (FATO 1) variação positiva do Patrimônio Líquido, sem efeito no disponível; (FATO 2) variação positiva do Disponível, sem efeito no Patrimônio Líquido; (FATO 3) variação positiva do Patrimônio Líquido, sem efeito no Disponível;
- C) (FATO 1) sem efeito no Disponível e no Patrimônio Líquido; (FATO 2) variação positiva do Disponível e do Patrimônio Líquido; (FATO 3) sem efeito no Disponível e no Patrimônio Líquido;
- D) (FATO 1) variação positiva do Patrimônio Líquido, sem efeito no Disponível; (FATO 2) variação positiva do Disponível, sem efeito no Patrimônio Líquido; (FATO 3) sem efeito no Disponível e no Patrimônio Líquido;
- E) (FATO 1) sem efeito no Disponível e no Patrimônio Líquido; (FATO 2) variação positiva do Disponível, sem efeito no Patrimônio Líquido; (FATO 3) sem efeito no Disponível e no Patrimônio Líquido.

**QUESTÃO 65**

No Balanço Patrimonial da Cia Cheia de Dúvidas SA, constituída em 31.12.2011, o ativo total era de \$100.000. Sabe-se que a empresa optou, inicialmente, por financiar suas atividades unicamente com capital próprio. Durante o ano de 2012 os acionistas ampliaram em \$100.000 seus investimentos na entidade. Uma parte desse aporte aconteceu em dinheiro (\$80.000), sendo o restante integralizado com a transferência de ativos essenciais à atividade operacional da entidade. Paralelamente, o governo local fez a doação de uma propriedade para instalação da sua planta industrial. Uma propriedade semelhante naquela localidade poderia ser facilmente adquirida por \$200.000, sendo este seu valor justo. A titularidade definitiva da propriedade é condicionada à manutenção de 1.000 empregados trabalhando na fábrica por um período de 10 anos.

A direção da Cia. Cheia de Dúvida SA consultou o contador, solicitando esclarecimentos sobre os efeitos contábeis dos fatos acontecidos para fins de elaboração do Balanço Patrimonial do exercício findo em 31.12.2012. Nesse sentido, considerando-se exclusivamente os fatos relatados até aqui, pode-se afirmar que:

- A) Capital = 180.000; Patrimônio Bruto = 200.000; Patrimônio Líquido = 400.000;
- B) Capital = 200.000; Patrimônio Bruto = 400.000; Patrimônio Líquido = 200.000;
- C) Capital = 400.000; Patrimônio Bruto = 400.000; Patrimônio Líquido = 400.000;
- D) Capital = 200.000; Patrimônio bruto = 400.000; Patrimônio Líquido = 400.000;
- E) Capital = 200.000; Patrimônio Bruto = 200.000; Patrimônio Líquido = 200.000.

**QUESTÃO 66**

Assinale a alternativa que reúne apenas fatos contábeis que, quando reconhecidos, causam variação (positiva ou negativa) na situação líquida da entidade:

- A) (i) juros incorridos durante a constituição de ativos qualificáveis; (ii) reversão de perdas estimadas no valor recuperável de ativos; (iii) investimentos em coligadas com perda ou ganho decorrente de variação na participação relativa;
- B) (i) reversão de perdas estimadas no valor recuperável de ativos; (ii) variações no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; (iii) variações no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação;
- C) (i) impairment; (ii) ganhos ou perdas de conversão de investimentos no exterior; (iii) aumento de capital com recursos da reserva legal;
- D) (i) constituição da reserva legal; (ii) proposta de dividendos adicionais; (iii) destinação de dividendos mínimos obrigatórios;
- E) (i) ganhos ou perdas de conversão de investimentos no exterior; (ii) variação no valor justo de ativos financeiros mantidos para negociação; (iii) pagamento de fornecedores.

**QUESTÃO 67**

Com as recentes alterações, a Lei Societária reforçou a importância dos princípios de contabilidade para o reporte da informação. Para fins de demonstrações contábeis, vigora a força dos princípios, dando corpo para prevalecer a essência econômica da transação sobre a forma jurídica dos contratos. Nesse contexto, o Conselho Federal de Contabilidade reformou recentemente a resolução CFC nº 750/1993. Conforme a Resolução CFC nº 1282/2010:

- A) os princípios de contabilidade que orientam a prática contábil no Brasil são: o da entidade; o da continuidade; o da oportunidade; o do registro pelo valor original; o da atualização monetária; o da competência; e o da prudência;
- B) a atualização monetária representa nova avaliação dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período;
- C) uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes de alguns fatores, entre eles o dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional;
- D) o princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que isso contribuir para o aumento do Patrimônio Líquido;
- E) a reversão decorrente de perdas estimadas relativas ao valor recuperável de ativos é uma prática conflitante com o princípio do registro pelo valor original.

**QUESTÃO 68**

Com a convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais de contabilidade, sabe-se que as práticas contábeis locais foram sensivelmente modificadas. Quanto às funções e ao funcionamento das contas, é correto afirmar que:

- A) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas que representem passivos com prazo ou valor incertos;
- B) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: dividendos adicionais propostos; juros passivos a apropriar; e contingências trabalhistas;
- C) o termo “Provisão” é corretamente empregado para denominar contas de passivos, tais como: férias e 13º salários devidos aos funcionários; e dividendos mínimos obrigatórios;
- D) a conta “Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa” possui natureza credora e é classificada como uma conta de passivo;
- E) a conta “Duplicatas Descontadas” possui natureza credora e representa, em sua essência, uma extensão da conta “Duplicatas a Receber”.

**QUESTÃO 69**

Para identificar uma conta de resultado, basta lembrar que ela invariavelmente estará na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Assim, na DRE:

- A) as contas de resultado de natureza credora sempre representam receita;
- B) as contas de resultado sempre são encerradas ao final do exercício, exceto a conta que indica o lucro do período;
- C) a depreciação do período, quando reconhecida como despesa, não representa um desembolso efetivo de caixa e por isso não representa uma conta de resultado;
- D) todo registro contábil iniciado em uma conta de resultado exige como contrapartida ao menos um lançamento em conta patrimonial;
- E) a conta “Custo das Mercadorias Vendidas” indica o consumo de estoques no processo de obtenção de receitas, logo não é uma despesa e tampouco uma conta de resultado.

**QUESTÃO 70**

Os regimes de caixa e competência são também conhecidos como regime financeiro e econômico, tendo em vista a abordagem com que cada um reconhece e apropria receitas e despesas. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) no regime de caixa, as despesas devem ser apropriadas de acordo com a venda efetuada no período;
- B) no regime de competência, as receitas são reconhecidas proporcionalmente às vendas do período;
- C) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um passivo menor e um lucro maior comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
- D) no regime de caixa, as despesas incorridas, mas não pagas dentro do exercício, provocam um ativo maior e um passivo menor comparativamente ao que seria apresentado pelo regime de competência;
- E) no regime de competência, as despesas devem ser apropriadas de acordo com seu pagamento ou desembolso.



**QUESTÃO 71**

O registro dos atos e fatos contábeis tem início com a escrituração contábil, que pode ocorrer com lançamentos simultâneos em uma ou mais contas no livro diário, de modo que o total de débitos seja igual ao total de créditos. Além disso, o registro deve ser escriturado de forma a demonstrar corretamente a origem a aplicação dos recursos. Dessa forma, identifique o lançamento que foi realizado corretamente:

|    |  |       |
|----|--|-------|
| A) | D – despesa com perda por desvalorização       | 1.000 |
|    | C – perdas estimadas por valor não recuperável | 200   |
|    | C – ajustes de avaliação patrimonial           | 800   |

|    |   |       |
|----|---|-------|
| B) | D – ganho não realizado na alienação de imobilizado | 1.000 |
|    | C – lucro a apropriar                               | 1.000 |

|    |                                     |       |
|----|-------------------------------------|-------|
| C) | D – ativo intangível                | 2.000 |
|    | C – custo de serviços de construção | 2.000 |

|    |                                      |       |
|----|--------------------------------------|-------|
| D) | D – ativo imobilizado                | 1.000 |
|    | D – custo atribuído                  | 1.000 |
|    | C – ajustes de avaliação patrimonial | 2.000 |

|    |                             |       |
|----|-----------------------------|-------|
| E) | D – caixa                   | 1.000 |
|    | C – ajuste a valor presente | 200   |
|    | C – clientes                | 800   |

**QUESTÃO 72**

Após longa negociação, o Laboratório Tupiniquim SA (com larga experiência na produção de vacinas para a bactéria *Sai correndus*, cuja variante brasileira foi causadora da recente epidemia de *Coopersite*) adquiriu um projeto em desenvolvimento dos Laboratórios Shagrippen, com resultados animadores para exterminação da variante brasileira da bactéria *Suadourus*. O projeto está na fase final de testes e a vacina já foi aprovada para ser comercializada. No plano da contabilidade, essa operação no Laboratório Tupiniquim SA. deve ser contabilizada:

|    |   |
|----|---|
| A) | D – receitas diferidas (passivo não circulante) |
|    | C – bancos (ativo circulante)                   |

|    |                               |
|----|-------------------------------|
| B) | D – despesa (resultado)       |
|    | C – bancos (ativo circulante) |

|    |   |
|----|---|
| C) | D – ativo intangível (ativo não circulante) |
|    | C – bancos (ativo circulante)               |

|    |  |
|----|--|
| D) | D – ajuste de avaliação patrimonial (patrimônio líquido) |
|    | C – bancos (ativo circulante)                            |

|    |   |
|----|---|
| E) | D – ativo diferido (ativo não circulante) |
|    | C – bancos (ativo circulante)             |

**QUESTÃO 73**

A Cia. Tribunal Mendes S.A. realizou seu inventário periódico de mercadorias para o encerramento do exercício. O levantamento realizado é relativamente simples, haja vista que a empresa comercializa apenas 3 tipos de produto: GilFlex, GilPlus e GilMax. Para fins de mensuração dessas mercadorias, elaborou paralelamente o seguinte quadro de informações:

| Produto | Custo  | Preço de Venda | Gastos com Venda |
|---------|--------|----------------|------------------|
| GilFlex | 500,00 | 700,00         | 210,00           |
| GilPlus | 200,00 | 250,00         | 40,00            |
| GilMax  | 900,00 | 800,00         | 100,00           |

Com base nessas informações, e sabendo que para cada produto havia uma unidade disponível, o saldo final da conta estoques deverá estar avaliada no Balanço Patrimonial por:

- A) 1.600;
- B) 1.500;
- C) 1.410;
- D) 1.400;
- E) 1.390.

**QUESTÃO 74**

A Cia. COURO S.A. foi constituída em 30 de dezembro de 2012 com R\$ 5.000.000,00 em ativos, sendo que o recurso para parte desse investimento (R\$ 3.500.000,00) foi captado junto ao Banco Carioca de Desenvolvimento (BCDS) e o restante através de capital próprio. Para alcançar seu objetivo de ser a maior empresa do mundo na atividade de comércio de biquínis, a empresa irá realizar uma Oferta Pública de Ações (OPA) em 2013. A receita bruta prevista para 2013 é de R\$500.000.000,00. Entretanto, as providências para concretizar a OPA serão tomadas apenas após o carnaval. Sabendo que 100% do capital da empresa pertencem à família do empresário Xaik Odal Iska, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, no que se refere às demonstrações financeiras previstas na Lei Societária brasileira, a empresa deverá:

- A) publicar, em conjunto com o relatório (parecer) de auditores independentes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou DLPA); e Notas Explicativas;
- B) elaborar: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou DLPA); e Notas Explicativas;
- C) elaborar, em conjunto com o relatório (parecer) de auditores independentes: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Notas Explicativas;
- D) publicar: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Resultado Abrangente; e Notas Explicativas;
- E) elaborar: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (ou DLPA); Demonstração dos Fluxos de Caixa; e Notas Explicativas.

**QUESTÃO 75**

A Cia. Raio Relâmpago adquiriu no dia 1º de julho uma máquina por R\$ 100.000,00 e com uma vida útil de 25 mil unidades produzidas. Para deixar a máquina em condições de funcionamento, houve gastos com mão de obra no valor de R\$ 20.000. O trabalho foi concluído no dia 1º de outubro. Devido a uma falta de matéria-prima, a máquina só entrou em operação no dia 1º de dezembro, produzindo ao longo desse mês, 250 unidades. Considerando-se apenas essas informações, em 31 de dezembro a despesa com depreciação relativa a essa máquina foi de:

- A) R\$ 3.600,00;
- B) R\$ 3.000,00;
- C) R\$ 1.200,00;
- D) R\$ 1.000,00;
- E) R\$ 833,33.

**QUESTÃO 76**

No mês de agosto de 2012 a Cia. Trevas iniciou suas atividades. No dia 31 de agosto ela apresentou em sua conta de estoques as seguintes movimentações:

- dia 5: aquisição de 10 mercadorias por R\$ 10,00 cada;
- dia 8: aquisição de 6 mercadorias por R\$ 8,00 cada;
- dia 14: venda de 10 mercadorias por R\$ 20,00 cada;
- dia 17: aquisição de 12 mercadorias por R\$ 7,00 cada;
- dia 25: venda de 11 mercadorias por R\$ 19,00 cada.

Considerando-se exclusivamente as informações disponíveis, o sistema de avaliação de estoque que apresenta o maior saldo de mercadorias ao final do mês é:

- A) PEPS;
- B) UEPS;
- C) CUSTO MÉDIO MÓVEL;
- D) CUSTO MÉDIO PERMANENTE;
- E) CUSTO EFETIVO.

**QUESTÃO 77**

Entre as diferentes situações abaixo, aquela que acarreta um aumento no Patrimônio Líquido é:

- A) a Cia. Nuvem comprou 700 mercadorias por um total de \$ 1.400,00, com incidência de ICMS de 18%. Ela espera revendê-las nos próximos meses por R\$ 190, a unidade;
- B) a empresa Oceano possui um saldo de contas a receber de \$ 5.000 ao final do ano. Para o fechamento do balanço anual, foi feita uma minuciosa análise de crédito e verificou-se a impossibilidade de receber 9% daquele saldo (\$ 450,00). Sabendo que uma perda estimada no valor de R\$ 440,00 já estava registrada, os administradores da empresa, junto com o contador, consideraram a diferença irrelevante, permanecendo assim o valor R\$ 440,00 como perda estimada em créditos de liquidação duvidosa;
- C) a Cooperativa Agro Agora fechou um contrato futuro para entrega de soja em fevereiro de X2, após a colheita. A Cooperativa recebeu R\$ 500.000,00 no ato da assinatura do contrato;
- D) a Indústria Artéria recebeu \$ 40.000,00 pela venda de uma empilhadeira, que estava registrada como imobilizado. O custo de aquisição do bem foi de R\$ 75.000,00 e a depreciação acumulada era de R\$ 50.000,00;
- E) a empresa Futebol no Pé adquiriu à vista um terreno por R\$ 10.000,00 que estava avaliado a valor de mercado por R\$ 12.000,00.

**QUESTÃO 78**

Um Auditor do Estado leu uma reportagem em que eram comparadas as 10 maiores empresas brasileiras do setor de produtos lácteos, considerando o volume de litros de leite coletado. Ao verificar no sistema de recolhimento de tributos, identificou que a segunda maior empresa na reportagem era a décima em recolhimento de tributos. A empresa alegou os seguintes fatos para se justificar ao Auditor:

- I. As vendas da empresa são majoritariamente para recebimento no longo prazo e, portanto, reconhece a receita dessas vendas na sua demonstração de resultado apenas quando seus clientes liquidam os respectivos recebíveis.
- II. A principal máquina de produção possui vida útil de 5 anos, depreciada com uma taxa de 20% ao ano. Logo, todos os outros itens que compõem o imobilizado da empresa são depreciados com a mesma taxa.
- III. Uma parte dos produtos, em torno de 10%, são vendidos para a família do proprietário da empresa em condições normais de mercado, mas sem pagar comissão a vendedores.
- IV. Por orientação jurídica a empresa parou de pagar os impostos PIS e Cofins. Como o processo está sendo julgado em primeira instância, a empresa não constituiu nenhuma provisão por considerar que os tributos são indevidos. O advogado considera a perda como possível.

Conforme o exposto acima, divergem das práticas contábeis aceitas no Brasil somente:

- A) III;
- B) IV;
- C) I, II e IV;
- D) I e III;
- E) I e II.

**QUESTÃO 79**

A Cia. Passarei Nessa apresentou as seguintes informações no mês de junho de X1:

- Produziu 1.000 itens e o valor das matérias primas utilizadas totalizaram R\$ 22.000,00;
- Vendeu 850 unidades por um valor total R\$ 85.000,00 e para todas as vendas foi emitida nota fiscal;
- Os gastos com o pessoal de produção foram de R\$ 10.000,00;
- Os gastos com o pessoal de vendas foram de R\$ 5.000,00;
- As vendas da Cia são na modalidade CIF, ou seja, são de responsabilidade da própria Cia, até que o cliente receba a mercadoria;
- Os gastos com fretes de venda foram de R\$ 5.000,00;

Os auditores, ao analisarem as informações do mês, constataram que 50 unidades vendidas ainda estavam sendo transportadas para os clientes.

Com base no exposto, o saldo do lucro bruto na Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) corresponde a:

- A) R\$ 50.400;
- B) R\$ 52.800;
- C) R\$ 53.550;
- D) R\$ 54.400;
- E) R\$ 57.800.

**QUESTÃO 80**

A Cia. Destrócenes S.A. atua no ramo de transporte (terrestre e aéreo) de resíduos sólidos. Diariamente a empresa realiza a coleta da escória em diversos locais do Brasil para transporte e depósito no aterro de Gramacho. Por atuar em uma atividade lucrativa, o Balanço Patrimonial da entidade acumula lucros constantemente, conforme demonstra o detalhamento do seu Patrimônio Líquido em base comparativa trimestral:

| Contas                               | 4º trim.<br>20X1 | 1º trim.<br>20X2 | 2º trim.<br>20X2 | 3º trim.<br>20X2 | 4º trim.<br>20X2 |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| <b>3. Patrimônio Líquido</b>         | <b>60.000</b>    | <b>150.000</b>   | <b>310.000</b>   | <b>410.000</b>   | <b>50.000</b>    |
| 3.1 Capital Social                   | 30.000           | 30.000           | 30.000           | 30.000           | 50.000           |
| 3.2 Reservas de Capital              | 20.000           | 10.000           | 20.000           | 20.000           | -                |
| 3.3 Reservas de Lucro                | 10.000           | 5.000            | 10.000           | 15.000           | -                |
| 3.4 Lucros ou Prejuízos Acumulados   | -                | 105.000          | 250.000          | 345.000          | (100.000)        |
| 3.5 Ajustes de Avaliação Patrimonial | -                | -                | -                | -                | 100.000          |

Entretanto, com o fechamento do aterro de Gramacho, a Cia. Destrócenes SA acumulou prejuízos no 4º trimestre de 20X2. Isso porque suas atividades operacionais foram suspensas naquele período até que consiga autorização para entregar os dejetos que coleta no novo aterro sanitário de Seropédica. Uma vala especial já está sendo preparada nesse local para receber o material (que é altamente nocivo à saúde) e no 1º trimestre de 20X3 as operações da Cia Destrócenes SA serão retomadas, recuperando sua capacidade de acumular lucros.

É possível levantar mais de uma hipótese para explicar a variação nas contas do Patrimônio Líquido da entidade ao longo dos trimestres sob análise. Identifique a alternativa na qual as afirmativas (I), (II) e (III) apresentam, cada qual, a única transação capaz de gerar o efeito explicado:

- A) I) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de capital social utilizando as reservas desse capital; II) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; III) o prejuízo relativo ao 4º trimestre de 20X2 foi de 480.000;
- B) I) o saldo da conta “ajustes de avaliação patrimonial” representa uma retificação para a variação da conta “lucros ou prejuízos acumulados”; II) a variação da “lucros ou prejuízos acumulados”, que indicou saldo ao final do 4º trimestre de 20X2, não é permitida lei societária; III) o prejuízo relativo ao 4º trimestre de 20X2 foi de 445.000;
- C) I) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de 20.000 no saldo da conta “capital social”; II) O saldo devedor da conta “ajuste de avaliação patrimonial” no 4º trimestre de 20X2 representa um ganho na variação de valor de um ativo; III) o lucro no 3º trimestre de 20X2 foi de 95.000;
- D) I) o prejuízo relativo ao 3º trimestre de 20X2 foi de 460.000; II) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; III) no 3º trimestre de 20X2 houve um aumento de capital social utilizando as reservas de capital;
- E) I) em 31 de dezembro de 20X1 a empresa deu destinação a todo o lucro acumulado, conforme determina a lei societária; II) no 4º trimestre de 20X2 houve um aumento de 20.000 no saldo da conta “capital social”; III) o saldo da conta “ajuste de avaliação patrimonial” representa um resultado abrangente.

**QUESTÃO 81**

A partir dos conceitos de princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público, definidos pela Resolução CFC nº 1.111/2007 e das discussões teóricas em torno das características da contabilidade patrimonial e da contabilidade orçamentária, analise as alternativas:

- I. A Contabilidade patrimonial tem como objetivo determinar o resultado econômico do exercício, pelo confronto entre variações ativas e passivas.
- II. Tanto a contabilidade patrimonial como a orçamentária apresentam informações de valor preditivo, diferenciando-se pela ênfase no curtos e longos prazos, respectivamente.
- III. A contabilidade patrimonial gera informações dos elementos do patrimônio para fins de prestação de contas e cumprimento dos dispositivos requeridos para acompanhamento pelo Poder Legislativo.
- IV. Tanto a contabilidade patrimonial como a orçamentária devem obedecer a três requisitos fundamentais: fidelidade à realidade operacional, obediência ao princípio de análise e estruturação em função da utilidade dos resultados.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) I e IV;
- D) II e III;
- E) III e IV.

**QUESTÃO 82**

Em relação às orientações constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, relativas aos procedimentos contábeis orçamentários, é INCORRETO afirmar que:

- A) as receitas orçamentárias decorrentes da exploração econômica da folha de pagamento são classificadas, segundo a categoria econômica, como Receita Corrente, na origem Patrimonial;
- B) é vedado o registro como receita do cancelamento de restos a pagar não processados, pois trata apenas de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida relativa às receitas arrecadadas em exercício anterior;
- C) na movimentação de recursos orçamentários, mediante a abertura de créditos adicionais, é vedado o cancelamento de recursos de uma fonte para suplementar outra, exceto quando destinados às áreas de educação e saúde;
- D) transferências financeiras efetuadas pelo estado a consórcios públicos municipais devem ser classificadas na modalidade de aplicação Transferências a Consórcios Públicos somente quando o estado é participante do consórcio;
- E) a receitas de *royalties* incidentes sobre a exploração de recursos hídricos e minerais que cabem aos municípios são registradas por esses como receita de transferência - Transferência de Compensação Financeira somente quando recebidas diretamente da União.

**QUESTÃO 83**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, aprovado pela Portaria STN nº 406/2011, inova em conceitos e procedimentos com vistas a adequar as atuais práticas contábeis do setor público no Brasil, que ainda necessitam de aperfeiçoamento para promover uma evidência efetiva das modificações ocorridas no patrimônio público. Dentre as alterações, cita-se a definição de sistemas e subsistemas contábeis. Sobre esse ponto, analise as afirmativas a seguir:

- I. O sistema financeiro foi integrado ao sistema patrimonial, tendo em vista que no conceito de patrimônio estão incluídos fatos financeiros e não financeiros.
- II. O sistema orçamentário, agora denominado subsistema orçamentário, continuará registrando fatos relativos ao planejamento e à execução orçamentária, de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/1964 para reconhecimento de receitas e despesas.
- III. O subsistema de custos foi criado para atender às necessidades informacionais da contabilidade patrimonial em convergência aos padrões internacionais, embora tais informações já fossem previstas no Decreto-lei nº 200/1967 e na Lei Complementar nº 101/2000.
- IV. O subsistema de compensação objetiva fazer o controle de informações relativas a alterações potenciais nos elementos patrimoniais e acordos, garantias e responsabilidades.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I, II e III;
- B) apenas I, II e IV;
- C) apenas I, III e IV;
- D) apenas II, III e IV;
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 84**

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, no módulo referente ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, define, dentre outros, o atributo FUNÇÃO das contas contábeis apresentadas no plano de contas, o qual se refere a:

- A) descrição da relação de uma conta específica com as demais;
- B) descrição da natureza do saldo apresentado por determinada conta;
- C) descrição do objeto de uma conta, ou seja, a razão pela qual ela foi aberta;
- D) condição de permanência do saldo de determinada conta, conforme sua natureza;
- E) descrição da natureza dos atos e fatos registráveis na conta.

**QUESTÃO 85**

No que tange aos conceitos de reconhecimento, mensuração e evidência de ativos intangíveis no âmbito das entidades do setor público, analise as afirmativas a seguir:

- I. Um ativo intangível satisfaz o critério de identificação quando for separável e passível de negociação ou resultar de compromissos obrigatórios, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.
- II. Controlar um ativo significa, entre outras coisas, dizer que a entidade detém o poder de obter benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais gerados pelo recurso, independentemente da propriedade legal.
- III. O reconhecimento inicial de um ativo intangível pode ocorrer de três formas: aquisição separada, geração interna e aquisição por meio de transações sem contraprestação. Porém o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado internamente não deve ser reconhecido como ativo.
- IV. As fases de pesquisa e desenvolvimento de ativos intangíveis ensejam tratamentos contábeis diferenciados.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I, II e III;
- B) apenas I, III e IV;
- C) apenas II, III e IV;
- D) apenas III e IV;
- E) I, II, III e IV.

**Instruções:** Para responder às questões de números 86 e 87, considere as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN em relação aos lançamentos contábeis típicos de setor público e as informações a seguir. Dados extraídos do orçamento aprovado para a prefeitura municipal de Novas Regras para o exercício de 20x2:

| RECEITAS               | \$ milhares | DESPESAS                  | \$ milhares |
|------------------------|-------------|---------------------------|-------------|
| Receitas Correntes     |             | Despesa Corrente          |             |
| Tributária             | 30.000,00   | Pessoal e Encargos        | 50.000,00   |
| Transferências         | 55.000,00   | Material de consumo       | 10.000,00   |
|                        |             | Serviços de Terceiros     | 15.000,00   |
| Receitas de Capital    |             | Despesa de Capital        |             |
| Operação de Crédito    | 15.000,00   | Obras e instalações       | 18.000,00   |
|                        |             | Aquisição de Equipamentos | 7.000,00    |
| Receita total prevista | 100.000,00  | Despesa total fixada      | 100.000,00  |

#### **QUESTÃO 86**

Analise os lançamentos a seguir:

- I. O lançamento **D - Receita a realizar**; **C - Previsão inicial** corresponde ao lançamento inicial da previsão da receita;
- II. O lançamento **D - Dotação Orçamentária**; **C - Crédito disponível** corresponde ao lançamento da despesa fixada para o período;
- III. O lançamento **D - Créditos tributários a receber (P)**; **C - Impostos sobre o patrimônio e a renda/IPTU** corresponde ao reconhecimento, sob o enfoque patrimonial, do crédito tributário relativo ao IPTU (Variação patrimonial aumentativa e receita tributária por competência);
- IV. O lançamento **D - Caixa (F)**; **C - Créditos tributários a receber (P)** corresponde ao registro da arrecadação após o reconhecimento do fato gerador por competência.

Estão corretos os lançamentos:

- A) apenas I e II;
- B) apenas I, II e III;
- C) apenas I, III e IV;
- D) apenas II, III e IV;
- E) I, II, III, IV.

#### **QUESTÃO 87**

Considerando que no município de Novas Regras houve arrecadação de receita tributária prevista, no montante de \$2.000, concomitante ao fato gerador, analise os lançamentos a seguir:

- I. **D - Caixa (F)**  
**C - Impostos sobre o patrimônio e a renda/IPTU**; natureza da informação: financeira;
- II. **D - Receita a realizar**  
**C - Receita realizada**; natureza da informação: orçamentária;
- III. **D - Controle da disponibilidade de recursos**;  
**C - Execução da disponibilidade de recursos - disponibilidade por destinação de recursos**; natureza da informação: controle;

Estão corretos somente os lançamentos:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) II e III.

#### **QUESTÃO 88**

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, as demonstrações contábeis obrigatórias para as entidades do setor público devem ser divulgadas da seguinte forma:

- A) demonstrações contábeis consolidadas - devem compor a prestação de contas anual de governo, que recebe parecer prévio pelo Tribunal de Contas competente;
- B) demonstrações contábeis consolidadas - devem compor a tomada de contas anual de governo, que recebe parecer prévio pelo Tribunal de Contas competente;
- C) demonstrações contábeis não consolidadas - devem compor a prestação de contas periódica de governo;
- D) demonstrações contábeis não consolidadas - devem compor a tomada ou prestação de contas anual dos administradores públicos, que recebe parecer prévio pelo Tribunal de Contas competente;
- E) demonstrações contábeis não consolidadas - devem compor a tomada ou prestação de contas periódica dos administradores públicos.

**QUESTÃO 89**

Em relação às orientações para elaboração do Balanço Orçamentário, constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, é correto afirmar que:

- A) as receitas serão detalhadas por origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada, a receita realizada e a diferença (excesso ou frustração na arrecadação);
- B) as despesas devem ser apresentadas por categoria funcional, conforme classificação definida na Portaria nº 42/1999, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e a diferença, para identificar eventual economia orçamentária em cada função;
- C) a identificação das receitas e despesas intraorçamentárias, quando necessária, deverá ser incluída na demonstração;
- D) em decorrência da abertura de créditos adicionais, haverá uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada;
- E) tanto o superávit financeiro utilizado quanto a reabertura de créditos adicionais deverão ser detalhados no campo saldo de exercícios anteriores.

**QUESTÃO 90**

Em relação às orientações para elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais, constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, analise as afirmativas a seguir:

- I. As variações patrimoniais aumentativas, que podem ser associadas a receitas efetivas, discriminarão as receitas de acordo com os seguintes grupos: tributárias, contribuições, exploração e venda de bens, serviços e direitos, financeiras, transferências recebidas, valorização e ganhos com ativos e outras variações patrimoniais.
- II. As variações patrimoniais diminutivas, que podem ser associadas a despesas efetivas, discriminarão as despesas nos seguintes grupos: pessoal e encargos, benefícios previdenciários e assistenciais, uso de bens, serviços e consumo de capital fixo, financeiras, transferências concedidas, desvalorização e perda de ativos, tributárias, provisões e outras perdas patrimoniais.
- III. As variações patrimoniais qualitativas, decorrentes ou não da execução orçamentária, serão apresentadas em um quadro anexo à Demonstração das Variações Patrimoniais.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I;
- B) apenas II;
- C) apenas III;
- D) apenas II e III;
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 91**

Em relação às orientações para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da STN, analise as afirmativas a seguir:

- I. A Demonstração dos Fluxos de Caixa pode ser elaborada pelo método direto ou indireto, sendo mais indicado o método direto.
- II. Os métodos direto e indireto de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa só apresentam diferença na metodologia de apuração dos fluxos de caixa das atividades operacionais.
- III. Na apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais, ingressos devem ser discriminados em receitas originárias, derivadas e transferências intergovernamentais e intragovernamentais.
- IV. Na apresentação do fluxo de caixa das atividades operacionais, os desembolsos devem ser discriminados em pessoal e outras despesas correntes por função, juros e encargos da dívida e transferências.

Estão corretas as afirmativas:

- A) apenas I, II e III;
- B) apenas I e II e IV;
- C) apenas I, III e IV;
- D) apenas II, III e IV;
- E) I, II, III e IV.

**QUESTÃO 92**

Em relação ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), indique a alternativa correta:

- A) O RREO foi instituído pela Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece que o Poder Executivo o publique até trinta dias após o encerramento de cada bimestre;
- B) o RREO e seus demonstrativos abrangerão os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, de todos os Poderes, que elaborarão e publicarão os relatórios separadamente;
- C) as sociedades de economia mista serão abrangidas no RREO somente se receberem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para fins de aumento de participação acionária;
- D) embora o RREO em geral deva ser elaborado com periodicidade bimestral, há previsão de relatórios a serem publicados apenas no último bimestre de cada exercício;
- E) o RREO deverá ser assinado pelo chefe do Poder Executivo em exercício do mandato no período a que se refere o relatório, em conjunto com o profissional de contabilidade responsável pela elaboração do relatório.

**QUESTÃO 93**

O Relatório de Gestão Fiscal (RGF) é composto de uma série de demonstrativos, também conhecidos como anexos, que visam dar subsídios ao acompanhamento da gestão fiscal durante a execução do orçamento pelos órgãos de controle e da população. Sobre as regras para elaboração e divulgação do RGF, é INCORRETO afirmar que:

- A) o RGF deverá ser elaborado e publicado quadrimestralmente por todos os entes da federação e por todos os poderes, individualmente;
- B) é facultado aos municípios com população inferior a vinte mil habitantes optar por divulgar o RGF semestralmente;
- C) para fins de divulgação de informações sobre gestão fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 não faz distinção entre fundações públicas de direito público e fundações públicas de direito privado;
- D) embora o RGF, em geral, deva ser elaborado com periodicidade quadrimestral, há previsão de relatórios a serem publicados apenas no último quadrimestre de cada exercício;
- E) em todos os demonstrativos do RGF, as receitas e despesas intra-orçamentárias deverão ser computadas juntamente com as demais informações, sem necessidade de segregação em linhas específicas.

**QUESTÃO 94**

Em relação às disposições da NBC T 16.9, que trata de Depreciação, Amortização e Exaustão no âmbito das entidades do setor público, analise as afirmativas a seguir:

- I. A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa no momento em que o item estiver em uso.
- II. A depreciação e a amortização cessam quando o ativo se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.
- III. A depreciação, a amortização e a exaustão devem ser reconhecidas até que o valor líquido contábil do ativo seja igual a zero ou, caso exista, ao valor residual.
- IV. A depreciação de bens imóveis deve ser calculada com base, exclusivamente, no custo de construção, deduzido o valor dos terrenos.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) II e III;
- D) II e IV;
- E) III e IV.

**QUESTÃO 95**

A prefeitura municipal de Novas Regras possui um veículo classificado no ativo imobilizado, cujo valor contábil é R\$50.000 e já está 40% depreciado. A divisão de contabilidade e patrimônio detectou que, apesar da depreciação reconhecida, há indícios de que o valor pode não ser totalmente recuperável. O valor de venda do ativo foi estimado em R\$ 22.000 e os custos de venda em R\$500,00. O valor presente dos fluxos de caixa relacionados ao uso do ativo é R\$ 25.000. De acordo com essas informações, com os conceitos apresentados na NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público e no Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público, deve-se:

- A) contabilizar uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 5.000;
- B) contabilizar uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 8.000;
- C) contabilizar uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 8.500;
- D) contabilizar uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 25.000;
- E) não contabilizar nenhuma perda, pois o valor contábil do ativo é recuperável.

**QUESTÃO 96**

Nos crimes de responsabilidade fiscal de Prefeitos (art. 4º da Lei 10.028/2000), é correto afirmar que:

- A) presidente da Câmara Municipal, vereadores, ou qualquer servidor do município, não podem ser sujeito ativo de nenhum daqueles crimes, ainda que em coautoria ou participação;
- B) somente pode ser sujeito ativo dos crimes referidos o Prefeito municipal ou quem eventualmente venha a exercer o cargo, em virtude de substituição (transitória ou definitiva) ou nomeação (em caso de intervenção do Estado, nas hipóteses previstas no art. 35 da CR);
- C) tendo deixado o cargo, ex-Prefeito não pode ser imputado como autor dos crimes referidos, sendo impossível sua responsabilização, ressalvada a possibilidade de ter praticado a conduta ainda no exercício do cargo;
- D) o desatendimento de ordem de pagamento de precatório pelo Prefeito configura crime de responsabilidade;
- E) a vítima dos tipos penais referidos é o Município, suas autarquias e entidades paraestatais, em concurso com a União ou o Estado, na hipótese em que o objeto do crime integre o patrimônio de alguma dessas entidades.

**QUESTÃO 97**

O Prefeito denunciado por crime de responsabilidade, previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/1967, estará sujeito a diversas sanções, além da pena privativa de liberdade. Sobre as demais sanções previstas em lei, é correto afirmar que:

- A) a pena de inabilitação para exercício do cargo revela-se vinculada à pena privativa de liberdade, seguindo sua prescrição o mesmo lapso temporal;
- B) ocorre suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem os efeitos da condenação criminal transitada em julgado (art. 15, III, da CRFB);
- C) é possível a imposição de sanção civil, consistente na reparação do dano causado no patrimônio público, ao passo que o dano causado no patrimônio particular deve ser tutelado por instrumento próprio;
- D) é possível a imposição de pena restritiva de direitos, consistente em inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletiva ou de nomeação, decorrente de sua condenação definitiva (irrecorrível);
- E) a condenação irrecorrível do Prefeito por crime de responsabilidade, porque implica a suspensão de seus direitos políticos, inclusive no cancelamento de sua filiação partidária, causa a imediata cessação do exercício do mandato eletivo.

**QUESTÃO 98**

Nos crimes contra as licitações (Lei nº 8.666/93), é correto afirmar:

- A) os crimes, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à suspensão do cargo, emprego, função ou mandato eletivo;
- B) a lei adota o mesmo conceito de “funcionário público” usado pelo Código Penal; no entanto, quando trata do “funcionário público por equiparação”, adotou formulação mais abrangente que o legislador do Código;
- C) as infrações penais previstas nesta Lei pertinem às licitações e não aos contratos celebrados pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, e respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, e quaisquer outras entidades sob seu controle direto ou indireto;
- D) os crimes contra as licitações, em razão da existência de restrição legal e da natureza do bem jurídico tutelado, não podem figurar como “crimes antecedentes” para fins de delito de lavagem de dinheiro;
- E) o legislador estabeleceu duas espécies de sanção, a penal e a administrativa de suspensão do cargo, emprego, função ou mandato eletivo, sendo que as duas sanções são autônomas e podem ser aplicadas cumulativamente, em razão de possuírem naturezas diversas.

**QUESTÃO 99**

O elenco das sanções aplicáveis por atos de improbidade praticados por agentes públicos está previsto no art. 12, incisos I a III, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA). Trata-se de hipótese que retrata sanção aplicável por ato de improbidade administrativa:

- A) perda de bens ou valores acrescidos lícita ou ilícitamente ao patrimônio;
- B) ressarcimento integral do dano, dentro do prazo prescricional;
- C) suspensão da função pública;
- D) indenização civil;
- E) proibição de receber incentivos fiscais ou creditícios, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**QUESTÃO 100**

Ainda sobre o tema sanções aplicáveis por atos de improbidade praticados por agentes públicos da Lei de Improbidade Administrativa (LIA), é INCORRETO afirmar que:

- A) há uma escala de gravidade quanto à aplicabilidade das sanções previstas em lei, sendo mais severas as sanções em caso de enriquecimento ilícito;
- B) a aplicação das sanções pressupõe a observância do princípio da proporcionalidade, exigindo-se correlação entre a natureza da conduta de improbidade e a penalidade imposta;
- C) quanto à oportunidade de aplicação da penalidade, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetivam e executam com a prolação da sentença condenatória, ainda que sujeita a recurso;
- D) deve ser considerado o princípio da adequação punitiva, segundo o qual a sanção só comporta aplicabilidade se houver adequação com a natureza do autor do fato;
- E) em hipótese de ofensas simultâneas aos mandamentos da LIA, se uma só for a conduta que ofenda ao mesmo tempo mais de um dispositivo, o Juiz deverá valer-se do princípio da subsunção, em que a conduta e sanção mais graves absorvem as de menor gravidade.



ESPAÇO PARA MARCAÇÃO DAS SUAS RESPOSTAS

|    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |    |  |     |  |
|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|----|--|-----|--|
| 1  |  | 11 |  | 21 |  | 31 |  | 41 |  | 51 |  | 61 |  | 71 |  | 81 |  | 91  |  |
| 2  |  | 12 |  | 22 |  | 32 |  | 42 |  | 52 |  | 62 |  | 72 |  | 82 |  | 92  |  |
| 3  |  | 13 |  | 23 |  | 33 |  | 43 |  | 53 |  | 63 |  | 73 |  | 83 |  | 93  |  |
| 4  |  | 14 |  | 24 |  | 34 |  | 44 |  | 54 |  | 64 |  | 74 |  | 84 |  | 94  |  |
| 5  |  | 15 |  | 25 |  | 35 |  | 45 |  | 55 |  | 65 |  | 75 |  | 85 |  | 95  |  |
| 6  |  | 16 |  | 26 |  | 36 |  | 46 |  | 56 |  | 66 |  | 76 |  | 86 |  | 96  |  |
| 7  |  | 17 |  | 27 |  | 37 |  | 47 |  | 57 |  | 67 |  | 77 |  | 87 |  | 97  |  |
| 8  |  | 18 |  | 28 |  | 38 |  | 48 |  | 58 |  | 68 |  | 78 |  | 88 |  | 98  |  |
| 9  |  | 19 |  | 29 |  | 39 |  | 49 |  | 59 |  | 69 |  | 79 |  | 89 |  | 99  |  |
| 10 |  | 20 |  | 30 |  | 40 |  | 50 |  | 60 |  | 70 |  | 80 |  | 90 |  | 100 |  |

**Tribunal De Contas do Estado do Rio de Janeiro**

**ATENÇÃO -** Transcreva a frase a seguir para a área definida na sua Folha de Respostas:

**O TCE é órgão constitucionalmente autônomo.**

**ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO**

**VERIFICAÇÕES:**

1. Verifique se você recebeu o Caderno de Questões e a Folha de Respostas. Verifique ainda se o gabarito do Caderno de Questões corresponde ao da Folha de Respostas.
2. Confira seus dados pessoais, em especial o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade.
3. Verifique ainda se no seu Caderno de Questões estão impressas as 100 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 (cinco) opções (A,B,C,D,E), e se a numeração está distribuída de acordo com o Edital:

*01 a 20 - Língua Portuguesa; de 21 a 30 - Noções de Direito; de 31 a 35 - Controle Externo; 36 a 40 - Legislação Básica; 41 a 100 Conhecimentos Específicos.*

4. Qualquer divergência ou dúvida do candidato deverá ser encaminhada ao Fiscal de Sala, imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.

**PREENCHIMENTO DA FOLHA DE RESPOSTAS**

1. O candidato deverá transcrever as respostas das questões das provas objetivas para a Folha de Respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que, para obter pontuação em cada questão, deverá marcar uma, e somente uma, das alternativas de resposta correspondente a cada questão.
2. A marcação da Folha de Respostas deverá ser feita cobrindo fortemente, com caneta esferográfica indelével, de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada. Não será permitido o uso de corretor ou caneta fluorescente.
3. Será atribuída nota zero às questões assinaladas com falta de nitidez, com mais de uma alternativa, com rasura, emenda, preenchimento parcial do campo de respostas, não assinaladas e demais casos previstos no Edital do concurso.
4. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido da Folha de Respostas.
5. A Folha de Respostas não será substituída em hipótese alguma por erro do candidato. A Folha de Respostas não deverá ser amassada, dobrada, rasgada, manchada ou sofrer qualquer tipo de dano que prejudique a correção da mesma.
6. O candidato é responsável pela assinatura e preenchimento do campo destinado ao Exame Grafotécnico na Folha de Respostas.

**DURAÇÃO DA PROVA**

1. A prova terá duração de 5 (cinco) horas improrrogáveis, incluindo o tempo de marcação para preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição da redação para o verso da Folha de Respostas. Será eliminado o candidato que não devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas, dentro desse prazo.
2. A saída de candidatos do local de prova só será permitida após 60 minutos do seu início efetivo.

**DURANTE A PROVA**

1. Após identificado e instalado na sala, o candidato não poderá comunicar-se com outros candidatos ou com qualquer pessoa estranha ao concurso.
2. Não será permitido nenhum tipo de consulta a qualquer material, bem como o uso de quaisquer equipamentos eletrônicos, especialmente os de recepção e/ou transmissão de voz ou de dados, os quais deverão ser entregues à equipe de fiscalização, para serem devolvidos ao término da prova.
3. Por motivo de segurança, durante a prova só será permitido fazer anotações no Caderno de Questões, bem como copiar os seus assinalamentos, na área reservada para este fim, no próprio Caderno de Questões. Somente esta parte poderá ser destacada e levada pelo candidato.

**AO TÉRMINO DA PROVA**

1. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine a prova.
2. Entregue ao Fiscal de sala o seu Caderno de Questões e a Folha de Respostas, não sendo permitido em hipótese alguma levar o Caderno de Questões.

**SERÁ ELIMINADO DO CONCURSO O CANDIDATO QUE DESRESPEITAR A EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO OU QUALQUER DAS NORMAS ESTABELECIDAS.**